

-----ACTA N.º 002/2006-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS ABRIL
DE DOIS MIL E SEIS -----**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e seis, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte ordem de trabalhos: - **Período de Antes da Ordem do Dia: 1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise e discussão de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do art.º 86 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Período da Ordem do Dia: 1.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 680.411,00 € (seiscentos e oitenta mil quatrocentos e onze euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Análise, discussão e votação do projecto de Regulamento de cedência de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou de serviços na Zona Industrial de Lameiras, nos**

termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 4.- Eleição do representante na “Comissão Municipal de Economia”, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 12/04, de 30 de Março; 5.- Apreciação e votação de duas propostas apresentadas pelo Deputado Municipal Fernando António dos Santos Ideias sobre: a) Constituição de um grupo de trabalho para acompanhar e contribuir para uma melhor revisão dos Planos e intervenção harmoniosa; b) Criação de um gabinete de apoio aos Deputados da Assembleia Municipal (espaço para reuniões) e disponibilização pela Câmara Municipal de transporte trimestral para acompanhamento das actividades desenvolvidas pela Câmara; 6.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Eram quinze horas e quarenta e cinco minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à sessão. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, Eduardo José Ferreira Mendes, Manuel António da Conceição Dias, Eurico de Alcobia, Bruno José da Graça Gomes, José Manuel Gomes Duarte, Fernando António Santos Ideias, Joaquim de Jesus Ribeiro, Aires Ferreira Graça, Bruno Miguel Alves Silva, José Augusto da Silva Cruz, Isabel Rosário Baptista, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Jorge Conceição Godinho, José Marques Nunes, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, Fernando da Conceição Ribeiro, José Manuel Martins Russo, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor

Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES:** José da Silva André. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelo senhor Vereador, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores. -----

----- **Composição da Mesa da Assembleia Municipal:** Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Lopes Carraço; 1.º Secretário, Eurico de Alcobia e 2.º Secretário, Aires Ferreira Graça. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto: - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Sr. José Morais** solicitou o uso da palavra e antes de iniciar a sua intervenção explicou que a sua mulher era natural de Sesmarias. Como pensa que o referido lugar pertence ao concelho de Tomar não sabia se algumas das questões, que pretendia colocar, caberiam ali para discussão. Informou que não é político nem está filiado em qualquer associação ou partido político. A razão que o levou ali prende-se com situações que vai vendo cada vez que vem cá e que ainda não foram solucionadas. Começou por perguntar porque é que a estrada para a Bairrada não contempla o alcatroamento para as povoações. Em seguida perguntou porque é que não há possibilidade de se levantar dinheiro nos multibancos em Ferreira do Zêzere. Perguntou também quantos acidentes já houve na rotunda do cemitério. Questionou que sentido faz uma Central de Camionagem no meio da vila. Se junto do aviário ou noutra sítio qualquer não daria melhor resultado. Quando vem cá desloca-se assiduamente ao café da D. Anabela. No ano passado, quando se encontrava no café, passaram cerca de seis automóveis, com barcos atrelados, até à Bairrada e voltaram para trás. Isto assim não traz desenvolvimento. Perguntou se já alguém se

incomodou em ver a estrada que vai do Cardal para as Sesmarias onde moram pessoas muito velhas que se caírem ao chão nunca mais se levantam. Caso morasse ali um Presidente de Assembleia Municipal, Presidente de Câmara Municipal ou alguém importante questionou se a estrada estaria naquele estado. A este respeito já, há cerca de 2 anos, alertou um Presidente de Junta, deslocou-se à Câmara Municipal de Tomar onde foi recebido pela pessoa que superintende as estradas naquele concelho. Foi-lhe dito que iam tratar do assunto. O Presidente da Junta das Olalhas deslocou-se à estrada das Sesmarias onde constatou que a estrada tinha abatido. Por último referiu que quando se deslocava para a Assembleia verificou que, junto ao lagar, existe um poste no meio da rua, como quem vai para Vale Figueira. Questionou o que é que vão fazer ali. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta às questões colocadas começou por informar, que quanto à história do multibanco, já tentou sensibilizar os Gerentes dos Bancos e o que lhe disseram foi que bastava uma queda de corrente e ficava tudo avariado. Quanto à estrada para a Bairrada esclareceu que estão à espera de fazer o saneamento e depois alcatroar o que falta. O problema das Sesmarias não é com a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. Não percebeu a preocupação do interveniente quanto à rotunda do cemitério. Ela está lá e as pessoas têm que cumprir os limites de velocidade. O acesso dos barcos à água, na Bairradinha, há um plano de ordenamento da Barragem que o Ministério quer que se faça cumprir e portanto nem sequer é permitido entrarem barcos naquele local. A Câmara tem um acesso autorizado na Castanheira. O poste no Vale da Figueira existe há muitos anos. Aquela estrada ainda não está pronta, mas é para levar uma “gota” em volta do poste. -----

----- **O Sr. José Morais** solicitou novamente o uso da palavra dizendo que

embora a estrada das Sesmarias não pertença a Ferreira do Zêzere, pensa que se houver uma colaboração entre as Câmaras estas situações são fáceis de resolver porque as máquinas já estão no local. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** foi de opinião que o Sr. José Morais devia ir dizer isto à Câmara Municipal de Tomar, pois trata-se de uma obra que lhe pertence. Os orçamentos são diferentes. Acrescentou que a Câmara de Ferreira do Zêzere ia resolver ali uma situação em que a estrada é dos dois concelhos, e ainda não conseguiram entender quem paga o quê. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** verificando que não havia mais público presente procedeu à leitura de uma carta enviada pelo Deputado Municipal José da Silva André, em que pede suspensão do mandato pelo prazo de um ano pelo facto de se encontrar em doença prolongada. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio sugerindo que a Assembleia, para além de tomar conhecimento, endereçasse oficialmente em nome de todos, os votos de melhoras ao deputado José André. Em simultâneo convocasse o próximo da lista para tomar posse. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que o que se segue na lista é o Sr. Armando António Ferreira Alexandre, que vai ser contactado de acordo com a legalidade do processo. -----

----- **ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES** -----

----- **Colocada à apreciação a Acta da 1.ª Sessão Ordinária realizada em 25/02/2006, registaram-se as seguintes intervenções:** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio solicitando rectificação de uma intervenção sua quando se referiu a equipamento de solidariedade social e ao número de centros que o Governo ia apoiar. São 45 e não 45 000 como está na acta.--

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio no mesmo sentido do Deputado que o antecedeu, ou seja, pedindo rectificação de uma gralha. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio referindo que algumas coisas que disse nas suas intervenções foram ocultadas pelo que gostava que fossem acrescentadas. Uma delas foi que “infelizmente o PSD não dava oportunidade aos mais jovens para participarem na Assembleia Municipal”. Outra foi em relação à substituição da calçada por tijoleira, nas obras da vila, quando disse que “ para além de ser de gosto duvidoso tinha havido ali dinheiro gasto desnecessariamente”. -----

-----**Colocada à votação, a acta foi aprovada por 21 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra.**-----

----- **2.º Ponto: - Análise e discussão de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do art.º 86 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** no uso da palavra começou por manifestar o seu reconhecimento à Câmara na reparação da estrada dos Casais ao Cardal e conseqüentemente as ligações do Vale da Figueira e o complemento do lugar da Sangrinheira. Em seguida lembrou o assunto, um pouco polémico, de que já falou na Assembleia anterior, sobre a Etar. A este respeito informou que esta semana conversou com o Presidente da Câmara e sugeriu-lhe, para que daqui em diante se acabe com esta desconfiança dos despejos dos esgotos doméstico, as descargas fossem feitas dentro da Etar e não fora dos colectores. Isto para que o pessoal que está ao serviço na Etar possa controlar essas descargas. Em seguida referiu que na Praça Pedro Ferreira foram delimitados os estacionamento e em frente ao Sr. Valdemar estão colocados os contentores do lixo doméstico, do papel, do vidro e do plástico. Há um dos contentores que está a ocupar um estacionamento. Pensa que

está mal e pergunta à Câmara se os contentores são para continuar ali. Acrescentou ainda que nos dias de feira, o local em frente ao Penim é ocupado com exposição de tractores, o que também dificulta os estacionamento. Propôs à Câmara um espaço reservado para a exposição daquelas máquinas. Em seguida questionou para quando o início da toponímia em Ferreira do Zêzere e para quando a reposição do caminho da Uniovo para o Portomar. Em relação ao estacionamento em espinha, que o Presidente da Câmara disse na última Assembleia, que oferece algum perigo ou insegurança, questionou porque é que não é adoptado o mesmo critério para a Rua Brigadeiro Lino Valente e para a Rua João da Costa que foi adoptado para a Praça Pedro Ferreira. Questionou também qual o critério utilizado para espaço de estacionamento criado junto à Cepsa onde também existem estacionamento em espinha. Foi informado que foram substituídos os postos de iluminação da Praça Pedro Ferreira para a Tv. Nossa Sr.^a do Pranto e que estão apagados, pelo que gostava de saber o que se passa. Por último foi informado que segundo o projecto que está aprovado pela Câmara e que vai ter início para o Verão, está previsto que os estacionamento na Praça Dias Ferreira sejam só para cargas e descargas, daí perguntou onde é que os residentes dos prédios na envolvente à Praça Dias Ferreira vão colocar as viaturas. Por outro lado também não será bom para o comércio, porque as pessoas depois vão ter que transportar os sacos das compras para longe, onde tiverem o carro estacionado. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** começou por agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal a missiva que este lhe enviou pela morte do seu pai. Em seguida referiu que, por acaso, foi abordado por uma cidadã que habita em Lisboa mas tem uma casa no lugar de Barbátos, freguesia de Areias. Quando chegou a casa, esta cidadã, não só tinha a água cortada como nem sequer tinha o contador. O

contador está em nome de Fernando Nunes Maria e a senhora alega que não tem qualquer recibo em atraso. Pediu que lhe explicassem o que aconteceu. Referiu que sabia que o Sr. João Seixas do Alqueidão de Santo Amaro, Bêco, fez uma proposta para instalar em Ferreira do Zêzere um museu com uma exposição de scooters, vespas, e lambretas, uma vez que tem uma das maiores colecções de scooters da Europa, pelo que gostaria de saber em que ponto está esta proposta. Perguntou ao Presidente da Câmara se este já tentou fazer a reunião com os taxistas no sentido destes fazerem uma escala de modo a que pelo menos um, no período de verão, esteja de serviço durante a noite. Por último referiu-se ao relatório operacional que lhes foi enviado e onde pôde apreciar alguns aspectos. Num dos aspectos relacionados com equipamento viu que a Câmara ofereceu uma plataforma para incêndios urbanos. Mesmo considerando que este equipamento é uma mais valia questionou os critérios desse oferta quando, também no mesmo relatório, se verifica que falta pelo menos uma ambulância de socorro e também uma viatura de combate a incêndios urbanos. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias** interveio perguntando ao executivo camarário como é que a Câmara se está a preparar para os incêndios de Verão que, eventualmente, possam surgir no concelho. Uma vez que foi ali falado no acesso de barcos à Albufeira, e sabendo que o novo plano de ordenação permite cada vez menos embarcações motorizadas, questionou quando é que Ferreira do Zêzere começa a dinamizar a Albufeira com desportos náuticos não motorizados. Sabe que recentemente esteve cá a estagiar, mais uma vez, a selecção Polaca de remo, pelo que pensa que Ferreira do Zêzere poderia começar a pensar numa estrutura a sério a este nível. Em seguida questionou o Vereador Jacinto acerca da possibilidade de existência de uma rede de wireless na biblioteca que poderia constituir uma

alternativa ao Espaço Internet que está, todos os dias lotado por utilizadores entre os 5 e os 14 anos. Por último perguntou para quando o alcatroamento da Travessa dos Narcisos, que é uma rua de terra batida no centro da vila. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** interveio questionando acerca da reposição do pavimento da estrada que liga as localidades de Venda da Serra e Infestinos, a qual parece uma manta retalhos. Em segundo lugar perguntou se existe algum problema com a iluminação da variante ao IC3. Por ultimo perguntou se o Regulamento da Toponímia, que já existe, vai ser aplicado em todas as freguesias, independentemente de ter sido ou não solicitado pelas mesmas e, mais ou menos, quando podem contar com os números de polícia. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** solicitou o uso da palavra perguntando o que é que está a ser feito na Casa do Adro e se é verdade que a Câmara Municipal rejeitou a proposta de instalação de um museu de Alfredo Keil com espólio de valor internacional. Perguntou em seguida quem é o autor da estátua da rotunda, o que ela simboliza e quanto custou. Diz, na penúltima edição do Despertar do Zêzere, que a Câmara Municipal está a apostar na divulgação do concelho. Gostaria de saber o que está a ser feito ou o que se vai fazer e quando. Alertou para o facto de mais uma vez as actas da Assembleia Municipal não estarem actualizadas no site respectivo da Câmara. Por último perguntou se é verdade que a Polícia Judiciária está a investigar a queda dos Paços do Concelho. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio referindo que ia abordar três temas. Em primeiro lugar foi de opinião que têm que arranjar uma caixa de reclamações pois, esta Assembleia custa demasiado caro ao concelho e a cada um, para estarem ali a ouvir histórias individuais, muito respeitáveis mas que, com o livro de reclamações, que existe com certeza no município, ficavam a saber quem é

que reclama, de quê e de quem. Em relação ao assunto da Etar que já vem da sessão anterior, o que o Deputado Manuel Lourenço fez foi uma trapalhada sem pés nem cabeça. Referiu em seguida que entregou à Mesa uma quantas fotocópias do suplemento económico do Diário de Noticias onde foi publicada a lista das taxas do imposto municipal nos 308 concelhos, recordando que um dos temas que tem sido caro é a fixação de jovens no concelho de Ferreira do Zêzere. Discutiu-se, em legislatura anterior, quanto é que devia ser o Bilhete de Identidade da Habitação. Defendeu que devia ser gratuito e explicou porquê. Outras pessoas, que estão ali, bateram-se por opiniões contrárias. Espera que agora percebam que essas opiniões só serviriam para afastar jovens de Ferreira do Zêzere. De acordo com o publicado no suplemento económico do Diário de Noticias, a taxa de Ferreira do Zêzere é em relação a todo o distrito de Santarém a mais baixa e é de cerca de 50% dos outros. Por fim informou que deixava na mesa da Assembleia um exemplar do relatório de actividades da Comunidade Urbana do Médio Tejo para quem quiser consultar e para perceber o que é que está a ser feito, pois há muita coisa que está a ser feita. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** interveio referindo que, em Ferreira do Zêzere, se continua com a política do “contudo, todavia, porém”. “Das suspeições, do penso que e do talvez não”. Em seguida referiu-se à intervenção do Deputado Municipal Manuel Lourenço porque na última Assembleia ficou com a ideia de que alguma coisa de bastante grave, “alguma coisa contra a lei” estava a acontecer, de que alguém se estava a aproveitar de equipamento público para lançar efluentes nos esgotos e alguém estaria a ter contrapartidas com isso. Por isso estava à espera de ouvir uma resposta, até porque na altura foi dito que havia alguém que testemunhava o acto. Não sabe se a pessoa existe, não sabe se foi comunicado ao Presidente da Câmara e não sabe se o que foi ali explicado foi satisfatório para o

Presidente da Câmara mas para si não foi. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** interveio referindo que quando chegou à Assembleia foi surpreendido por uma cidadã da sua freguesia que lhe apresentou ali um problema de águas, ou seja queixou-se de lhe terem tirado o contador. Tentou explicar à senhora o que pensa que se terá passado e disse-lhe que ia tentar fazer alguma coisa. Mas, a maior surpresa foi realmente ter conhecimento, nesta Assembleia, das voltas que já foram dadas. Essa senhora que está a cerca de 1 km da sua casa, veio a Ferreira do Zêzere, falar com o Deputado Municipal Bruno Silva, que a enviou ao presidente de Junta de Ferreira do Zêzere porque o das Areias com certeza não existe. Pensa que deu a explicação correcta e que estava ao seu alcance. Deixa à consideração do Sr. Presidente da Câmara aquele problema. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** mostrou-se deveras preocupado com a intervenção do Deputado Eduardo Mendes. O tom com que o fez, ameaçador, a elevação da voz e a maneira como fez quase que intimidava qualquer deputado a apresentar qualquer assunto nesta Assembleia. Não é o facto de haver uma caixa de reclamações que resolve os problemas. Os problemas têm que ser colocados ali e muito francamente têm que ser debatidos. Não há forma nenhuma de retirar desta Assembleia a capacidade que ela tem. Enquanto for membro desta Assembleia, aqueles tons ameaçadores, não têm eco pelo menos na bancada do seu partido. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** no seguimento da intervenção do Deputado Municipal Eduardo Mendes esclareceu que nunca defendeu uma taxa elevada de IMI, o que propôs foi que os construtores pagassem uma taxa mais elevada sobre a ficha técnica. Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Areias disse que a Sra., por acaso, entrou na sua loja para comprar uns produtos e não para falar do problema da água. Ocasionalmente perguntou-lhe se ele não a saberia informar

qual o chefe de piquete que estava de serviço. Como não sabia telefonou ao Sr. Fernando Ideias, pela proximidade familiar, para eventualmente resolver a questão com o Sr. Carlos. Como não foi possível retirou o número do piquete de uma factura e entregou-lho. Como segunda hipótese indicou-lhe o Presidente da Junta de Ferreira do Zêzere para ele lhe poder ajudar a resolver o problema. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** prestando mais alguns esclarecimentos acerca deste assunto disse que informou a munícipe que aquilo era um assunto da Câmara e não de qualquer Junta de Freguesia. No entanto telefonou para o piquete que lhe disse que era difícil resolver o problema por ser fim-de-semana, e que, as pessoas que eventualmente, poderiam solucionar o problema seriam o Sr. Vereador Jacinto Flores ou o Sr. Presidente da Câmara. Também disse à Sra. que o Sr. Fernandinho Lourenço, como Presidente da Junta das Areias, era a pessoa indicada para lhe ajudar a resolver o problema. Em resposta ao Deputado Municipal José Manuel Duarte e à questão da Etar disse que este era um privilegiado em não morar na vila de Ferreira do Zêzere Como presidente da Junta tem que ouvir aquilo que as pessoas lhe vão dizer e tem que as representar ali, que é o lugar certo. O seu compromisso na última Assembleia era ir ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara dizer quem era a pessoa, e fê-lo. Em relação aos despejos perguntou quem fiscaliza, pois as pessoas vêm passar os carros a várias horas do dia e ficam intrigadas. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias** lamentou a intervenção do Deputado Municipal Eduardo Mendes, pois achou-a um pouco arrogante e ofensiva em relação à bancada do PS. Em segundo lugar acrescentou que todas as intervenções que faz são no estrito interesse do concelho e da freguesia, nunca pessoais. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** em relação à intervenção do Deputado Municipal Bruno Silva, confirma tudo o que ele disse ou seja, a sua intervenção em anterior Assembleia referia-se ao custo com a habitação no boletim de identificação da habitação, não era ao IMI. No entanto, os objectivos depois acabam no mesmo, em dinheiro a desembolsar pelo contribuinte. Em resposta ao que foi dito pelo Deputado Municipal Jorge Godinho, disse que não percebe pois estão ali os dois a defender o concelho e a fazer política, e não lhe está a mandar com areia para os olhos. Não morre de amores pelo PS e por algumas estratégias que o PS ali lhe tem desenhado. Não é de dizer uma coisa no café e outra ali, diz as coisas ali, alto e bom som, e quando não se conseguir exprimir à primeira tentará explicar melhor à segunda. Não quer inibir ninguém, no entanto têm sido trazidos para ali assuntos que não interessam e, um processo de reclamação aberto em devida sede, é um processo que fica e que se não for tratado pode ser detectado por uma inspecção. Ali não tem havido o devido seguimento nem sequer às vezes a devida elucidação pelas questões colocadas.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** prestando alguns esclarecimentos acerca das questões colocadas começou por elucidar que estão a pensar redistribuir os contentores do lixo em Ferreira de modo a evitar ocupação de estacionamento pelos mesmos. Quanto aos estacionamentos em espinha e paralelos, a alteração que se fez foi essencialmente no centro da vila. Os do loteamento estão a ser feitos por um privado e já foram aprovados assim há vários anos. Quanto aos candeeiros na Tv. Nossa Sr.^a do Pranto há dois avariados e ainda não houve oportunidade do fornecedor para ver o que se passa. A descarga de efluentes vai passar para as Águas do Centro. Enquanto a Câmara foi detentora, proprietária e responsável pelo funcionamento da Etar, as pessoas que iam fazer descargas no colector pediam

autorização à Câmara. A partir da altura em que as Águas do Centro tomaram conta, por protocolo assinado com a Câmara, da Estação de Tratamento e dos tratamentos em alta, é lógico que sejam as Águas do Centro a liderar essa situação. A pessoa de quem se falava na sessão anterior foi o Sr. José Joaquim da Conceição Silva, que está autorizado para fazer descarga dos efluentes domésticos. Ele tem que fazer guias em triplicado para entregar uma ao Ministério do Ambiente, outra à Câmara e outra para o próprio. Não há pocilga nenhuma que tenha necessidade de descarregar efluentes numa estação de tratamento de águas residuais doméstica, pois todas elas estão licenciadas pelo Ministério do Ambiente. O Sr. Joaquim comprou um auto tanque e vai despejando fossas. Por exemplo no dia em que despeja as fossas do restaurante “Casa dos Leitões” traz várias carradas de águas residuais. Relativamente à questão do corte de água do Sr. Fernando Nunes Maria esclareceu que o este senhor foi notificado em 23/11/2005 para no prazo de 30 dias fazer a transferência do contador de obras para contador de habitação. Não tendo feito nada, em 09/03/2006, foi-lhe enviado um postal que avisava que a falta de resposta implicava a rescisão do contrato, e foi isso que aconteceu. A Câmara ofereceu a plataforma aos Bombeiros, por proposta sua. Por outro lado aquela plataforma também tem interesse para a Câmara, pois há árvores de grande porte que precisam de ser cortadas, e através de um protocolo a Câmara pode utilizar aquela plataforma. Quanto à prevenção dos fogos florestais estão a fazer o que todos os anos têm feito, estão a começar com as limpezas ao longo das estradas florestais, estão atentos e a candidatar-se a tudo o que é possível. Quanto à falta de alcatroamento da Travessa dos Narcisos o Deputado Municipal que a referiu tem toda a razão, vão ver se entretanto conseguem. A estrada dos Infestinos já não estava boa antes dos carros lá passarem, mas a preocupação foi dizer ao empreiteiro que tinha que arranjar. Este

tentou e fez aquilo que lá está. Já foi chamado à atenção e o técnico dos seguros também já foi ao local, pelo que vão ver se conseguem que ele recupere e estrada na totalidade. A iluminação da variante vai ser paga pela Câmara, e o que se passou foi que na altura da inauguração, os problemas burocráticos ainda não estavam todos resolvidos. Dias depois da inauguração assinou os papéis pelo que pensa que em breve estará a funcionar. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** solicitou o uso da palavra para esclarecer melhor este assunto da iluminação na variante. Informou que o empreiteiro que construiu a parte eléctrica ainda não entregou alguns certificados de qualidade e de conformidade de alguns produtos que aplicou. Sem isso a EDP não liga. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra e disse que não havia proposta nenhuma do espólio de Alfredo Keil para a Casa do Adro. Houve de facto uma reunião mais ou menos há 3 anos em que “deixaram a porta aberta” ao arquitecto Keil do Amaral, sabendo que não é nada de extraordinário para o concelho, porque era preciso muito dinheiro para receber aquele espólio. E se calhar não é por um motivo qualquer que nem a Câmara de Lisboa, nem a Câmara de Sintra, nem outras Câmaras o quiseram receber. Quanto ao que vai ficar na Casa do Adro, tiveram algumas propostas, nomeadamente de ateliers, mas tanto quanto sabe houve desentendimentos do grupo que inicialmente estava feito. Outra coisa prevista é a transferência do Espaço Internet e do Posto de Turismo, que vão passar para ali a partir da altura em que haja algum movimento naquela zona. Vão iniciar o mais rápido possível a instalação do parque infantil e do campo de jogos com relva sintética. Dentro de pouco tempo vão tentar fazer o estudo de ordenamento da parte envolvente à Casa do Adro, pois faz mais sentido pensar no que se vai fazer do interior daquela casa depois do exterior estar arranjado. Não faz ideia se a Policia

Judiciária está a investigar a queda dos Paços do Concelho. Quanto ao livro de reclamações a Câmara Municipal tem. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** relativamente à rede wireless na biblioteca informou que é uma ideia que já está em desenvolvimento por parte da Câmara há três anos, é projecto em comum com o Médio Tejo Digital, e durante o Verão ou princípio do Outono haverá rede wireless na biblioteca Municipal. Terão também um espaço internet dentro da biblioteca, ficando os computadores das salas para pesquisa. Informou também que já estão a ser feitos os contactos no sentido de também dotar a vila com uma rede de wireless. Será um wireless gratuito em que as pessoas têm que se registar e levantar uma senha. Quanto à toponímia tem já agendado o encerramento dos processos das freguesias de Areias e Águas Belas. É claro que a Câmara puxou a si este processo mas é um processo que não pode ser imposto às Juntas de Freguesia. Tem que ser participado pelas populações, sendo a Junta de Freguesia o principal motor. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** seguindo o raciocínio do vereador que a antecedeu questionou o que irá acontecer a uma Junta de Freguesia que não esteja muito sensibilizada para a questão da toponímia. Se ficará sem números de polícia. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** em resposta esclareceu que se, hipoteticamente, isso acontecesse, seria responsabilidade da Câmara fazê-lo.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura de uma proposta apresentada pelos Deputados Municipais José Manuel Duarte e Joaquim de Jesus Ribeiro no sentido da criação do Dia Municipal da Juventude. Em seguida pediu ao Deputado Municipal José Manuel Duarte que tecesse algum comentário sobre aquela proposta. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** elucidou que o objectivo era criar o Dia Municipal da Juventude, um dia que pretende que seja emblemático, que envolva escolas, empresas e todas as vertentes desta terra e gente. Em termos da própria formação cívica começar a formar uma nova “fornada” de gente participativa que sinta que a sua opinião conta e é ouvida. É importante os jovens serem ouvidos, serem escutados e serem responsabilizados. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** a respeito deste assunto perguntou se se tratava de uma proposta ou de uma moção. Se for uma moção vota a favor, se for uma proposta vota contra. Pensa que não se deve criar ali uma comissão, mas antes dar apoio a uma comissão criada pelos jovens. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** a respeito desta proposta foi de opinião que, por uma questão de coerência, deve ser dado o mesmo tratamento que foi dado às propostas apresentadas pelo Deputado Municipal Fernando Ideias. Deve passar para a próxima sessão, de modo a que possa ser analisada com mais tempo.----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** no seguimento deste tema disse que há um órgão autárquico da parte da juventude que se chama “Conselho Municipal da Juventude”, que a Câmara de Tomar também tem. Tinha intenção de apresentar o regulamento para este conselho municipal nesta sessão da Assembleia. Não o pôde fazer por uma questão de tempo, prometendo apresentá-lo na próxima sessão. - -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou ao Deputado Municipal José Manuel Duarte se este se importava que esta proposta fosse estudada e incluída na próxima sessão. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** concordou passar a proposta para a próxima sessão.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** dando por esgotado este assunto procedeu à leitura de uma proposta de um voto de louvor à atleta Catarina Godinho e ao seu treinador Luís Graça, apresentada pela bancada do PSD. --

----- **Colocada a votação esta proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação.**-----

-----Não havendo mais intervenções seguiu-se um pequeno intervalo antes de entrarem no Período da Ordem do Dia.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto:- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** no uso da palavra começou por agradecer à Assembleia Municipal o facto de ter enviado atempadamente todos aqueles documentos para análise. No que se refere ao documento disse que se trata de uma moeda com duas faces, uma positiva e outra negativa. Pela positiva realçou a apresentação, a forma como está feito e, no conteúdo, realçou também o que vem na página 10, onde se lê “ merece destaque o aumento das despesas correntes abaixo do valor da inflação, o que denota o cuidado colocado na gestão Municipal, conseguindo em 2005 ter uma despesa corrente inferior à despesa corrente do exercício de 2003.” Congratulou-se pelo facto das despesas de capital, finalmente, ultrapassarem as despesas correntes pois, o que acontecia nesta Câmara até aqui, era as despesas de consumo serem sempre superiores às despesas de investimento. Finalmente, em 2005 deu-se a volta e espera que a Câmara continue com esta política de investimento e de retracção do consumo. Pela negativa referiu a maneira

como as conclusões são tiradas. Por exemplo, na página 2, na execução anual do PPI e da leitura do ultimo parágrafo, para “distraídos, saloios ou pategos” é positiva. No entanto analisando-se as três ultimas linhas do gráfico verifica-se que a execução foi 42% daquilo que estava programado, e assim não chegou a metade, pelo que não se pode congratular quando se apresentam os dados efectivos e reais de uma execução que não chega 50% daquilo se propôs fazer. Podem existir imensas causas para que isto aconteça, mas não se podem congratular só porque fizeram mais do que no ano anterior, porque mesmo assim ficaram a 42% da realização do plano. A capacidade de execução da Câmara tem que ser maior ou então não se propõe a objectivos tão elevados. Recordou que aprovaram ali o Plano de Actividades para o ano de 2006 e que, vai cair no mesmo. Andam todos os anos nestes erros e a enganarem-se a eles próprios. O plano é um objectivo, uma linha de rumo, é uma cenoura à frente do burro para ele andar. O seu alerta é exactamente para isto, para se deixarem de rodeios e dizerem que se fez os possíveis mas que ficou muito mais por fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** começou também por se congratular com o envio mais atempado daquela documentação. A respeito deste ponto disse que, não tendo a capacidade técnica de análise do Deputado Municipal que o antecedeu, vai votar contra porque ela não reflecte o que ali foi aprovado para o orçamento de 2005. Também porque se investe alguma coisa de facto em obras, como por exemplo em “Habitação e Património” “Cultura, Desporto e Tempos Livres” sendo que grande fatia do investimento em “cultura, desporto e tempos livres” se deve à construção do edifício cultural. Portanto investe-se muito em obra e praticamente nada na valorização das pessoas. No Turismo vê-se 0% de investimento, pelo que é impossível sequer uma abstenção neste tipo de contas. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** também inscrito neste ponto

subscreeveu integralmente todo o discurso inicial do Deputado Municipal Jorge Godinho, até pelo menos às últimas conclusões, em que se calhar divergem um pouco. Transmitiu ao executivo o seu elogio pela qualidade que está ali, sobretudo, por estarem lá os números, os quais se podem ler, analisar e tirar conclusões. Uma conclusão inegável é que houve uma poupança entre despesas correntes e receitas correntes de cerca de 147 000 euros. Houve de facto um acréscimo na execução anual de 3.600.000 euros para 5.845.000 euros mas, se as receitas não são tão elásticas como o desejado, se no Poder Central cada vez a “teta está mais seca e pouco deita”, têm que concluir que o aumento do passivo foi de 2.042.000 euros de um ano para o outro. De facto fez-se muito mais do que isso, fez-se 2.188.510 euros ou seja, foi-se buscar a diferença ao que se poupou entre as despesas correntes e receitas correntes. De facto fez-se mais, mas fez-se mais porque se ficou a dever mais, mas não se endividou tanto porque conseguiu poupar. É esse o dilema da gestão desta e de todas as Câmaras. É uma moeda que tem duas faces e agora depende da posição de cada um. Podem elogiar a Câmara dizendo que sim, que é preciso construir porque sem ter infra-estruturas não se pode ter cá as pessoas. Mas também se pode dizer para ter cuidado porque se fica a dever, se está a hipotecar as gerações futuras, etc. Podem usar-se os dois discursos pelo que tem que haver bom senso e equilíbrio. Em relação à intervenção do Deputado Municipal Bruno Silva discorda totalmente da análise que este fez.

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** reforçou a ideia que, de facto, há diversas leituras que podem ser feitas àquele documento. Pessoalmente não vai fazer uma leitura técnica mas guia-se muito pela opinião dos vereadores da oposição. Estes abstiveram-se referindo que a taxa de execução ainda se encontra aquém do desejado. Analisado o documento friamente pode dizer-se que num

projecto de 100% só se conseguiram 42%, em termos matemáticos é de facto negativo mas, os Vereadores da oposição ao fazerem aquela critica que considera branda, é porque sabem realmente os problemas com que o executivo se debateu. É evidente que estão a analisar números em função de uma meta que a Câmara pôs a ela própria. E se calhar foi um orçamento muito ambicioso mas, é isso também que se pede ao executivo camarário ou seja que tenham um bocadinho de arrojo. Devem planificar o futuro do concelho arrojadamente, têm a missão política de prever aquilo que à partida sabem que só muito dificilmente poderão cumprir. Sinceramente estes números não estão assim tão maus pelo que dá os parabéns à Câmara Municipal atendendo, sobretudo, a um quadro de fortíssimas restrições orçamentais. -----

----- **O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** começou por dar os parabéns pela apresentação das contas pois é clara e dá a possibilidade de percepção do que foi ou não feito. Salientou que a Câmara continua a apresentar dados que considera invejáveis a nível nacional. Ou seja, uma autonomia financeira que não é normal ver-se nos municípios. É uma Câmara que continua a saber viver com aquilo que tem. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** prestando alguns esclarecimentos acerca dos documentos de prestação de contas concordou que todos os relatórios têm sempre duas faces. Os números são o que são e cada um, por vezes, faz uma leitura diferente dos mesmos. Quando na página 2 se diz que houve um aumento de 59,8% é porque foi mesmo um aumento neste valor. Está o valor absoluto e o valor relativo. Estão em órgãos políticos por isso fazem política e, pessoalmente como vereador, não consegue fazer um relatório técnico em que não ponha política. Quanto às despesas de capital e despesas correntes, pela primeira vez, nos últimos anos, ultrapassaram

os 50%. Gostaria de saber quais as Câmaras no país que ultrapassam os 50% nas despesas de capital. Quanto ao orçamento ser muito grande e muito exagerado, não está escamoteado. Está na página 7 que “Apesar de se poder considerar o Orçamento de 2005 ambicioso verifica-se que foi uma aposta ganha”. Não se importa de ser um burro atrás de uma cenoura e se ela começar a fugir e deixar de a ver, promete que vai usar óculos ou binóculos mas, há-de apanhá-la. O Deputado Municipal Bruno Silva está a cometer uma gafe pois está a confundir execução orçamental total com o PPI. O PPI efectivamente no turismo tem 0%, tinha uma verba prevista de 50.000 euros que seriam obras no futuro parque no lagar de S. Guilherme, a verba não foi afectada, não foi gasta e é por isso que a execução é zero. O investimento no turismo não é só em edifícios, há também despesas correntes que não aparecem aqui. Sobre educação a mesma coisa, pois só não leu quem não quis um quadro que está na página 11, que para o executivo é considerado como sendo um investimento em pessoas. Houve um investimento 17,98% em pessoas. Pensa que o relatório tem uma leitura simples, foi feito sem grandes termos técnicos, ficando assim acessível a todas as pessoas. Foi a primeira vez que ultrapassaram os 10.000.000 de euros de execução orçamental. Em 1997 pela primeira vez passaram a barreira dos 5.000.000 e euros e em oito anos conseguiram dobrar a execução orçamental, pelo que gostava de saber, no país, quais as Câmaras que o conseguiram. Quanto à autonomia disse que a Câmara de Ferreira do Zêzere tem uma autonomia de 292,13%, e convém referir que para o ano que vem a autonomia financeira será substancialmente superior porque será incluído durante o ano o inventário inicial que são mais de 100.000.000 de euros. Esta execução orçamental é feita numa Câmara que têm um dos IMI e IMT mais baratos do país, taxas de saneamento e licença de construção baixas. - -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias** solicitou o uso da palavra para fazer um comentário à intervenção do Vereador Jacinto e à defesa que este fez do documento. É de opinião que o que demonstra ali são serviços mínimos pois qual é o papel de uma Câmara senão ajudar as filarmónicas, as associações recreativas, a cultura e o desporto. É a obrigação da Câmara logo não é nada por aí além. É a leitura que faz. Pensa que os seus colegas de bancada também a fazem e o Deputado Municipal José Manuel Duarte também a fez, embora depois desse “uma no cravo e outra na ferradura”. Quanto à percentagem de execução ou se criaram fasquias demasiado altas, por motivos políticos para encher os olhos às pessoas, ou então pedem muito para depois fazerem alguma coisa.-----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** no uso da palavra esclareceu que ao dizer-se que a autonomia financeira são 200 e tal por cento tem que se ter em atenção que a autonomia financeira é o rácio entre o capital próprio e o activo. Isto é, é a capacidade que o organismo tem em termos financeiros. O cuidado tem de ser não deixar deteriorar esse rácio. A título de curiosidade recordou que, em termos de projectos comunitários a autonomia financeira das empresas é essencial para que os projectos sejam aprovadas. Estes projectos exigem, no mínimo, que as empresas tenham 50% de autonomia. Quando a Câmara tem 200 e tal não está mal, não se pode é deixar deteriorar isto.-----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** em resposta ao Deputado Municipal Manuel Dias elucidou que era evidente que ainda não propôs uma medalha de mérito municipal para o executivo da Câmara por ter feito um bom trabalho, porque de facto é a obrigação deles. No entanto há que dizer as coisas como elas são. Foi um bom trabalho. Quando lhe apresentarem o próximo plano se o executivo não for ambicioso, então como político vai dizer que aquele executivo não

merece estar no poder, porque se apresenta sem ideias, sem dinamismo e sem vontade. Também tem que haver um bocadinho de elasticidade a avaliar os números e a atender muito bem quais são as condicionantes desses números. -----

----- **Analisados os documentos de prestação de contas relativos ao ano económico de 2005 procedeu-se à votação tendo sido obtidos os seguintes resultados: quinze votos a favor, dois votos contra e seis abstenções.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concluído este ponto referiu que, para aquela execução era evidente que contribuíram os políticos e as pessoas das empresas que a Câmara contrata e a quem entrega os trabalhos, mas enalteceu todos os trabalhadores da Câmara Municipal que são poucos e bons. -----

----- Os Deputados Municipais manifestaram o seu apoio a esta menção de louvor aos trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- **2.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 680.411,00 € (seiscentos e oitenta mil quatrocentos e onze euros) nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** usou da palavra dizendo que não o repugna nada que a Câmara contraia empréstimos para os seus trabalhos. No entanto, a informação que lhe foi enviada sobre aquele empréstimo é muito vaga. É preciso saber a que se destina realmente o empréstimo.-----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** referiu que, já por diversas vezes ali tem enaltecido os conhecimentos técnicos e económicos do Deputado Municipal Jorge Godinho, pois já aprendeu muitas coisas com ele e também já têm uma passado político comum. Em termos de empréstimos considera-se muito

“salazarista” e tem muitas preocupações com o que se refere a empréstimos. No entanto lembra-se sempre do Deputado Municipal Jorge Godinho lhe dizer que era preciso aproveitar que os juros estavam baixos para fazer as obras e para desenvolver. É claro que aquela linguagem dos economistas o deixa arrepiado mas acredita nelas. Portanto lembra-se dessa lição que lhe foi ensinada há uns anos e é em função disso que tem que confiar na Câmara e vai votar favoravelmente este pedido de empréstimo. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** também inscrito neste ponto informou que em relação ao empréstimo ir-se-ia abster porque vê aquele mapa com a situação dos contratos e vê uma grande parte de obras onde diz “adicional”. Sabem mais ou menos o que é que quer dizer, a obra tem um valor inicial e depois vem o adicional. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** em relação a este empréstimo, vê que é mais um, depois de terem visto que o passivo da Câmara tinha aumentado a curto e a longo prazo. De qualquer das formas crê que se a Câmara tem alguma capacidade de endividamento que deve, de alguma forma, aproveitar essa oportunidade que tem para investir no concelho e numa obra como é a Zona Industrial que vai com certeza criar muitos postos de trabalho. Agora espera que não seja o executivo do Partido Socialista a ter que o pagar, daqui a três anos e meio. Assim vai-se abster. -----

----- **O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia** no uso da palavra referiu que aquela autorização do pedido de financiamento tranquiliza-o, precisamente, por aquilo que referiu quando foi da apreciação do documento anterior que é a autonomia financeira que a Câmara tem e que deixa a todos sossegados de poder fazê-lo sem qualquer problema. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** abordou a questão referindo que já está ligado à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere desde 1969 e já sabe algumas histórias. Uma das histórias é que quando chegou a Ferreira do Zêzere para trabalhar, o Presidente da Câmara da altura gabava-se, nas distritais do Governo Civil, de que a Câmara de Ferreira do Zêzere era a única do Distrito que tinha dinheiro a juros no banco. E os professores andavam a dar aulas nos eléctricos, nas barracas da Câmara Municipal feitas em platex, no 1.º andar do Sport Club de Ferreira do Zêzere. Depois quiseram ter um Tribunal e a Câmara não quis pedir dinheiro, e montou-se um tribunal numa casa de habitação. Alvaiázere pediu dinheiro e tem um belo edifício. Com isto disse que ia votar favoravelmente. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, como está referido no documento, o dinheiro é para o pagamento das obras da Zona Industrial. -----

----- **Analisado o pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de 680.411,00 € (seiscentos e oitenta mil quatrocentos e onze euros) a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com quinze votos a favor e oito abstenções aprovar a contracção do referido empréstimo e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.**-----

----- **3.º Ponto: - Análise, discussão e votação do projecto de Regulamento de cedência de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou de serviços na Zona Industrial de Lameiras, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** começou por dizer que, após leitura dos artigos 4.º e 5.º verificou que no artigo 4.º o preço base do lote é 2,51 € e no artigo 5.º estão as contas feitas com o valor de 2,50 €, pelo que pensa que é uma

gralha. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** esclareceu que a Câmara Municipal não pode dar terrenos, só pode vender e, se a bonificação for atingida no máximo, o preço de venda passa a ser 0,01 €. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** retomou a palavra referindo que fez algumas simulações tendo concluído que, só uma empresa que não tenha nada de bonificação é que vai pagar os 2,51 €. De alguma forma qualquer empresa há-de ter qualquer coisa de bonificação no entanto, alguns daqueles critério são muito subjectivos pelo que propôs que, estando o critério “A” (postos de trabalho) de tal maneira ligado ao critério “E” (qualificação e valorização dos recursos humanos) se calhar se devia valorizar mais o “A” e desprezar o “E”. Isto porque se uma empresa só precisar de 3 ou 4 técnicos de elevada qualificação não vai admitir mais um porque o critério o vai bonificar. No fundo o que se pretende é que as empresas criem postos de trabalho. Assim passaria o “A” para 40% e o “E” para 5%. O que realmente interessa é que as empresas criem postos de trabalho, fixem a população e contribuam para o desenvolvimento e isto, o critério “A” satisfaz perfeitamente. Por fim disse que este projecto de regulamento está razoável. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** a respeito deste ponto disse que há cerca de um mês ouviu na informação da “Renascença” que uma Câmara Municipal do Norte/Centro ofereceu terrenos a empresários a 0,01 € o m². Quando viu, no projecto de Regulamento, o valor de 2,50 € achou que alguma coisa não estava bem mas, ficou esclarecido depois de ouvir a explicação da bonificação. Espera que a Zona Industrial seja bem sucedida pois mais vale tarde do que nunca. ---

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** solicitou de novo o uso da palavra questionando que se houver uma empresa que, quanto ao coeficiente A,

tenha 3 postos de trabalho e nos coeficientes B, C, D e E tenha 50 pontos, em cada essa empresa terá uma bonificação de cerca de 1 € pelo que pagará cerca de 1,51 €. Há critérios muito subjectivos o que vai dar para jogar de variadas maneiras, de qualquer forma só que a empresa tenha 50 pontos de bonificação já tem 1 € de bonificação. Pensa que está razoável. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** a propósito deste assunto referiu que era sempre uma questão complicada porque há critérios realmente muito subjectivos mas, provavelmente, também não pode ser de outra forma. Genericamente defende-se bem a situação de não transformar a futura Zona Industrial num parque de armazéns. A respeito do quadro B onde se lê “elevado grau de inovação do processo produtivo” que tem 100 pontos, disse que, utopicamente, pode haver na Zona Industrial uma filial de silicone, onde está uma máquina a trabalhar sozinha, e que tem logo 100 pontos porque é tecnologia de ponta. Entretanto ao lado está uma senhora, uma senhora que toda a vida fez queijo e que quer montar ali uma queijaria para iniciar um negócio mas só teve 50 pontos porque falta tecnologia. Pensa que deviam ser defendidas as indústrias tradicionais, ou seja deve defender-se o saber fazer, aquilo que o concelho tem como memória colectiva, como arte e como capacidade. Também defende que devia haver no regulamento um quadro especial de pontuação para projectos de gente jovem, fixada no concelho ou que se quisesse fixar-se. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Ribeiro** iniciou a sua intervenção dizendo que, no essencial, o documento está completo mas, lembrou que no artigo 7.º não se preocuparam com o facto do eventual comprador não fazer obras, a Câmara tentar retomar o terreno e este já estar hipotecado. Isto já aconteceu noutras zonas industriais. Era talvez de bom senso prever-se essa situação da hipoteca pois

acontece frequentemente. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** no uso da palavra disse que, depois do que foi dito, não podia deixar de manifestar inteira concordância política com aquele documento. Considera que as opções que foram tomadas, em termos políticos, estão correctíssimas. No entanto lembrou que o documento esteve em consulta pública e foi culpa sua não vir à Câmara consultá-lo, mas a Câmara tem uma página de internet e não custava nada colocá-lo lá. Como já se verificou, o terreno é dado. Pensa que ninguém vai importar-se se vai pagar por exemplo 1,54 € ou 1,57 €. No entanto por vezes os advogados, em defesa de certa legalidade, complicam os processos. Alertou para este facto porque verificou que embora alguns índices se definam perfeitamente, como por exemplo o “número de postos de trabalho”. O mesmo já não acontece com outro como o “grau de inovação” e o “nível de investimento em relação à área”. Se aparecerem de início algumas empresas, não será muito difícil ao júri compará-las umas com as outras mas, passado um ano, por exemplo, se aparece mais um pedido, começa a ser difícil ao júri, que já pode não ser o mesmo, comparar com os critérios que foram utilizados inicialmente. Convinha definir mais exactamente, num aditamento ao regulamento, alguns valores. Isto não vai dar mais dinheiro mas pouparia algumas chatices. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** informou que assistiu a duas reuniões da vereação onde este regulamento foi discutido. Trata-se de um regulamento altamente democrático onde os vereadores do PS tiveram oportunidade de ter uma participação activa. Concorda com as sugestões de melhoramento dadas pelos Deputados Municipais Jorge Godinho e José Manuel Duarte. Considera a questão relativa à hipoteca dos terrenos pertinente e pensa que não seria má ideia o executivo salvaguardar essa situação. -----

----- **O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia** relativamente ao documento em apreciação disse que, globalmente, não há dúvida nenhuma de que é perfeitamente enquadrável na situação. Concorde com a subjectividade do mesmo o que leva a que tenham que existir pessoas que apreciem bem as situações. Também concorda com a possibilidade de introduzir, em local próprio, uma percentagem para jovens empresários. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** após contar o exemplo de um familiar seu disse que em sua opinião o regulamento está bem feito. Em relação aos jovens, estes já têm as suas regalias quando criam emprego. Não se pode defender que as indústrias venham para o concelho e depois nos cafés e em conversas com os outros se diga mal de Ferreira do Zêzere. Continuará sempre a dizer bem de Ferreira do Zêzere, das pessoas de Ferreira do Zêzere e de tudo o que é de Ferreira do Zêzere. Se por questões políticas se andar a dizer mal deste concelho acontece como em Tomar. As indústrias deste concelho foram instalar-se em Torres Novas e Abrantes porque as pessoas de Tomar começaram a fazer críticas e a dizer mal dos tomarenses. -----

----- **O Vereador Jacinto Flores** acerca da problemática da Zona Industrial lembrou uma acesa conversa que teve com o Deputado Municipal José Manuel Duarte numa Assembleia em que disse ao Deputado que nunca contassem com ele para aprovar uma Zona Industrial para armazéns. Pensa que o Regulamento reflecte essa sua opinião pois tem preços a 50 € o m² para armazém, mas que fique claro que cada m² da Zona Industrial irá custar à Câmara cerca 60 €. Quanto à proposta do Deputado Municipal Jorge Godinho em relação aos critérios A e E, esclareceu que felizmente o concelho de Ferreira do Zêzere não tem muita mão-de-obra desempregada. O concelho precisa de mão-de-obra especializada que venha de fora,

que acrescente valor à cadeia de produção, que compre habitação, que puxe pelo comércio e que puxe, sobretudo, pela mão-de-obra do concelho. Não podem continuar a ter e a querer ser mão-de-obra “massa bruta”, têm que começar a querer ser mão-de-obra especializada. As pessoas dizem que a mão-de-obra especializada sai do concelho. Então para a fixar há que criar condições e, criar condições, é bonificar as empresas que têm capacidade para fazer isso. É claro que há critérios muito subjectivos mas será criada uma comissão que irá avaliar as empresas e ver, passados dois anos, se o que está implantado e a funcionar é o que o empresário declarou. As empresas podem vir a ser reembolsadas ou vir a pagar mais. Devido à subjectividade, espera-se que a comissão cometa o menor número de erros possível. Acerca da hipoteca o artigo 12.º salvaguarda um pouco essa situação. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** concordou com muitos dos argumentos apresentados pelo Vereador Jacinto Flores mas continua a defender que era um sinal político muito importante que no Regulamento do Parque Industrial houvesse um incentivo para empresários jovens, com projectos tradicionais nascidos neste concelho. Considera muito importante que, jovens deste concelho, cujos pais toda a vida mataram porcos, fizeram queijos ou tiveram rebanhos, vissem criadas condições ou facilidades para poderem desenvolver o que os pais começaram. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** sugeriu que, para evitar parar o processo, se colocasse este projecto de regulamento a votação. Caso seja aprovado estas sugestões apareceriam como adenda ou alteração posterior ao regulamento.

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** tendo dado por esgotado este ponto colocou-o a votação. -----

----- **Analisado o Projecto de Regulamento de cedência de lotes de terreno para implantação de instalações industriais, comerciais e/ou serviços na Zona**

Industrial de Lameiras a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o referido Regulamento.-----

----- **O Vereador Jacinto Flores** a respeito do que foi dito pelo Presidente da Câmara Municipal perguntou se concordavam com a seguinte metodologia para uma futura alteração do Regulamento: criar um novo critério, o critério F, com determinado peso para jovens residentes ou naturais do concelho e em função da idade. -- -----

----- Concordaram. -----

----- **4.º Ponto: - Eleição do representante na “Comissão Municipal de Economia”, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 12/04, de 30 de Março.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** introduzindo o assunto começou por informar que o anterior representante da Assembleia na Comissão Municipal de Economia era o Sr. Adriano Jorge Dias Rebelo. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio referindo que a bancada do Partido Socialista propunha o Deputado Municipal Jorge Godinho para representante na comissão Municipal de Economia. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura das duas propostas entretanto entregues na Mesa e que diziam o seguinte: Proposta A: “Os abaixo assinados propõem para representante na Comissão Municipal de Economia o senhor Deputado Municipal João Paulo”; Proposta B: “A bancada do Partido Socialista vem por este meio propor o Deputado Municipal Jorge Godinho para representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Economia.” -----

-----**Colocadas à votação as duas propostas, obteve-se o seguinte resultado: -**

----- **Proposta A – 13 votos.**-----

----- **Proposta B – 10 votos.** -----

----- Foi eleito representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Economia o Deputado Municipal João Paulo Antunes Henriques.-----

----- **5.º Ponto: - Apreciação e votação de duas propostas apresentadas pelo Deputado Municipal Fernando António dos Santos Ideias sobre:** -----

- a) **Constituição de um grupo de trabalho para acompanhar e contribuir para uma melhor revisão dos Planos e intervenção harmoniosa;** -----
- b) **Criação de um gabinete de apoio aos Deputados da Assembleia Municipal (espaço para reuniões) e disponibilização pela Câmara Municipal de transporte trimestral para acompanhamento das actividades desenvolvidas pela Câmara.**-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** introduzindo o assunto lembrou que estas propostas vinham da sessão anterior e procedeu à leitura das mesmas: «Atendendo que o Plano Director Municipal está em revisão, e que o Plano de Pormenor da Vila de Ferreira do Zêzere está também em fase de desenvolvimento. As legítimas expectativas dos munícipes devem ser verificadas e acompanhadas por parte da Assembleia Municipal. Proponho assim nos termos do regimento da Assembleia, nomeadamente, artigo 45.º a 48.º, a constituição de um grupo de trabalho, para acompanhar, e, contribuir para uma melhor revisão dos Planos e integração harmoniosa. A Comissão terá poderes para reunir com a equipa nomeada, pelo Ex.mo. Presidente da Câmara, e receberá todas as propostas, que os munícipes entenderem enviar a esta comissão eleita pela Assembleia. O objectivo desta proposta é a de contribuir para um desenvolvimento harmonioso e ambiental do Concelho de Ferreira do Zêzere. Esta comissão será eleita proporcionalmente

e/ou será constituída por consenso desta Assembleia, integrando obrigatoriamente o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal.»; «1- Criação de um Gabinete de apoio aos Deputados da Assembleia Municipal (espaço para reuniões). 2- Disponibilização pela Câmara Municipal de um meio de transporte quadrimestral, para que os Deputados possam acompanhar as Actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal em todo o Concelho, nomeadamente: 2.1 – A Estratégia de Desenvolvimento para 2006 – 2009; 2.2 – As Grandes Opções do Plano; 2.2.1 – O Plano Plurianual de Investimentos; 3- As actividades mais relevantes; 4 – Orçamento.».

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** embora considere que os objectivos estão implícitos nas propostas acrescentou que, quanto à proposta A, a bancada do PS entendeu que há necessidade de ir às Juntas de Freguesia em conjunto com alguém da Câmara ouvir as pessoas. Estas devem colaborar e sentir se estão ou não a ser prejudicadas em alguma coisa que tenha a ver com os planos. Quanto à proposta B propôs que se alterasse a periodicidade da visita às obras do concelho de trimestral para quadrimestral. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** relativamente à proposta A pensa que estão a extrapolar um pouco a lei da Assembleia Municipal. Não vê como é que da Assembleia Municipal vai surgir uma comissão, quais são os poderes e qual é o tipo de intervenção dessa comissão. Pessoalmente, como Deputado Municipal, entende que o poder que lhe é dado pela Lei é claramente superior ao de ser conselheiro do Sr. Presidente da Câmara. Daí não concordar muito. Quanto a acompanhar os trabalhos “in loco” não tem nada contra e subscreve inteiramente, mas sempre no âmbito da própria Assembleia Municipal. Não gostaria de correr risco de ver funcionar comissões que só iam tirar o protagonismo à Assembleia

Municipal. Esta é, na sua opinião, onde devia estar o centro da vida municipal. Infelizmente a lei já não vê as coisas assim e não devem ser os Deputados Municipais a fazer a autoflagelação e a diminuírem ainda mais o órgão a que pertencem. Por isso não pode concordar com a proposta A. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** no uso da palavra esclareceu que não se querem substituir ao executivo municipal. Querem apenas acompanhar, tentar que as pessoas sejam ouvidas e contribuir para uma melhor revisão. A ideia é colaborar. Quanto à proposta B, o gabinete de apoio resume-se a um espaço para reuniões para não andarem a reunir-se no café. Necessitam de um espaço para discutirem as propostas de um computador e de uma impressora. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** iniciou a sua intervenção referindo que aquelas duas propostas lhe faziam algumas “comichões” sob diversos ângulos. Primeiro há que pensar na dimensão da Assembleia, no número de freguesias, no número e no perfil das pessoas que ali estão, na dimensão física e geográfica do concelho. Por uma questão de ética já lhe faz confusão que o Presidente da Assembleia participe do júri das bolsas de estudo pois se houver uma reclamação para a Assembleia Municipal têm o Presidente deste órgão em decisões que são da competência do executivo. Depois, do ponto de vista jurídico, partilha da opinião do Deputado Municipal José Manuel Duarte. Depois levanta uma questão económica uma vez que tratando-se de uma comissão tem direito a senhas de presença, ajudas de custo e deslocação. Por todo este conjunto de ideias não pode votar a proposta A. Já quanto à proposta B há um conjunto de princípios que não o ofendem mas, há algumas questões pragmáticas que também não o levam a encara-la muito bem. Como são dois grupos, a haver um espaço tinham que gerir esse espaço. Depois ou reuniam em horário de trabalho, ou se fosse em horário nocturno

tinha que ficar um funcionário. Quanto à ideia da visita, esta já vem de uma prática anterior que tem sido feita e pensa que não será necessário votar nesse sentido pois está mais do que garantida. Por questões operacionais a proposta B também não é muito exequível. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** a respeito deste assunto disse que todos sabem o que é que o Regimento da Assembleia Municipal diz e um dos seus artigos diz que uma das funções da Assembleia Municipal é aprovar, fiscalizar e acompanhar. Cada um é livre de dizer aquilo que entender. No futuro poderão ser acusados pelo Presidente da Câmara, por funcionários da Câmara ou até por pessoas que os elegeram de não terem fiscalizado. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** em relação à proposta A perguntou se ouviram o que o Presidente da Câmara de Santarém disse acerca do PDM, nomeadamente à existência de duas aldeias do século XVI em Santarém que estão em REN. Nessas aldeias nem sequer um tijolo se pode mexer. Se calhar esse PDM foi aprovado como muitos outros e isto porque para aprovar um PDM são precisos vinte e oito directores gerais. Se os PDM's não forem feitos com certezas não servem ninguém. Pensa que a Câmara não perderia nada se houvesse uma comissão de acompanhamento que tivesse o cuidado de ver tudo o que há nas diversas freguesias e tentasse introduzir alterações. Quanto à proposta B pensa que a própria Mesa da Assembleia precisa de um sitio para trabalhar, pelo que se houvesse uma pequena sala dotada dos mínimos meios de informática onde se pudesse discutir qualquer assunto, era bom. Qualquer das propostas é de tomar a sério e de ser avaliada conscientemente. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** a propósito da intervenção do Deputado Municipal Manuel Lourenço e da fiscalização competência da

Assembleia Municipal. Informou que na lei portuguesa quando se fala nas competências de fiscalização, distinguem-se as fiscalizações formais e as fiscalizações materiais. A da Assembleia Municipal é uma fiscalização claramente formal. Os Presidentes de Junta pelo contacto pessoal e extraordinário que têm com a população são capaz de conhecer as opiniões e os anseios das pessoas, quase ainda antes de as consultar. Como Deputado Municipal, custa-lhe imenso votar contra esta proposta porque sabe que ela está cheia de boa fé, espírito democrático e espírito participativo de aproximação aos cidadãos e aos problemas das pessoas. Assim propôs ao Deputado Municipal Fernando Ideias, que retirasse a proposta, e formalmente pedia ao executivo municipal que assumisse a visita às obras.-----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** no seguimento do que foi proposto pelo Deputado Municipal que o antecedeu disse que as propostas eram para ir até ao fim uma vez que as considera extremamente consensuais.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a votação as propostas tendo-se verificado os seguinte resultados: -----

----- **Proposta A: 7 votos a favor, 13 votos contra e 1 abstenção.**-----

----- **Proposta B: 7 votos a favor, 12 votos contra e 2 abstenções.** -----

----- **O Segundo Secretário da Assembleia Municipal** informou que estavam duas pessoas a menos na sala. -----

----- **6.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** introduzindo este ponto referiu que em sua opinião, o relatório está excelente. Muito bem feito e muito bem apresentado.-----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** no uso da palavra mostrou-se surpreendido ao verificar que foi fixado um valor de ingresso na peça de Teatro. O relatório não refere esse valor. O que está combinado com as Juntas de Freguesia é para estas servirem “um petisco”. Não lhe parece muito oportuno que as pessoas tenham que pagar, segundo ouviu dizer 3 euros. Acha que se assim é terá de ser a Junta de Freguesia a pagar a própria entrada, pois se não for assim algumas pessoas não vão ver a peça e outras irão criticar. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** a propósito deste assunto disse que, na reunião que teve, não se apercebeu que as Juntas de Freguesia no final do Teatro tinham que servir “um petisco”.-----

----- **O Deputado Municipal Francisco Baptista** questionou se “o petisco” era só para os intervenientes na peça ou se era também para as pessoas que iam assistir.--

----- **O Deputado Municipal José Manuel Russo** interveio subscrevendo as palavras do Deputado Municipal Fernandinho Lourenço porque, acha muito bem cativar as pessoas e oferecer-lhe o caldo verde e “o petisco”, mas ir para a porta fazer a cobrança dos 3 € não concorda.-----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** também inscrita neste ponto disse que na página 3 do relatório é referido o nome de um congresso a realizar, possivelmente, em Ferreira daqui a 4 anos, mas não sabe do que se trata pelo que pediu esclarecimentos.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se trata da Europassion, uma “federação” de países que representam a Paixão de Cristo, a que a

Câmara entendeu associar-se. É o único concelho do país que aderiu. Propuseram que nos próximos 4 anos o congresso se realize em Ferreira do Zêzere e há boas perspectivas de poder acontecer. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** retomou a palavra questionando, se há alguma participação directa da Câmara Municipal no que respeita à rodagem do filme em Dornes. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta à questão colocada disse que houve um cuidado muito grande em acarinhar aquela gente desde a primeira vez que contactaram a Câmara. As filmagens poderiam não ser aqui, no concelho, uma vez que tinham três sítios possíveis e andavam à procura de condições. A Câmara apoiou cedendo a casa que tem no Bairro Social, cedendo o Lagar de S. Guilherme e uma carrinha. Foi dado todo o tipo de apoio logístico que não implicou muitos custos. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** perguntou se, aquando da estreia do filme, iriam poder ver uma referência à Câmara. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta disse que sim e que ia tentar que, no dia da inauguração o filme, passasse no Cine-Teatro. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Russo** A respeito do filme disse que tem conhecimento que a equipa está satisfeita pela maneira como tem sido apoiados pela Câmara. Quando o filme estiver montado a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Dornes irão receber um DVD do mesmo. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Dornes também lhe tem dado apoio. Foi-lhe emprestado, com a devida autorização, o carro dos Sapadores Florestais, com a devida autorização, para andar com a máquina de filmagens. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista** voltou a solicitar o uso da palavra e disse que aquando da inauguração da variante ao IC3, onde não pôde estar presente, verificou que não foi a única pessoa a ser contactada com pouco tempo de antecedência. Pediu que, se voltar a haver mais algum evento destes a contactem com mais antecedência para poder programar algumas actividades profissionais. Acrescentou que ainda faltam algumas placas informativas na variante. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** lembrou que há pouco tempo faleceu um trabalhador da Câmara Municipal, chamado Sérgio (o Xano), que era uma pessoa com alguns problemas de exclusão social e que a Câmara Municipal acatou. Em seguida pediu um minuto de silêncio. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** a este respeito acrescentou que o trabalhador se estava a integrar totalmente. -----

-----Foi feito um minuto de silêncio. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejou um bom Carnaval e deu por encerrada a sessão, pelas 19 horas e 45 minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

António Fernando Lopes Carraço _____

Eurico de Alcobia _____

Aires Ferreira Graça _____

